

6. O SISTEMA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO

A Lei nº 6.528, de maio de 1978, atribuiu ao Ministério do Interior a responsabilidade pela fixação das condições de operação de serviços públicos de saneamento básico, dentro do Plano Nacional de Saneamento Básico (Planasa). A esse Ministério caberia estabelecer normas gerais de tarifação, coordenar, orientar e fiscalizar a execução de serviços de saneamento e assegurar a assistência financeira, quando necessária.

A lei estabelecia, em seu art. 4º, que “a fixação tarifária levaria em conta a viabilidade do equilíbrio econômico-financeiro das companhias estaduais de saneamento básico e a preservação dos aspectos sociais, de forma a assegurar o adequado atendimento de usuários de menor consumo, com base em tarifa mínima”.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 82.587, de 6 de novembro de 1978. O artigo 2º desse Decreto, depois de caracterizar os serviços públicos de saneamento básico, envolvendo sistemas de abastecimento de águas e esgotos, estabeleceu os seguintes objetivos permanentes para o Planasa:

- eliminação do déficit e manutenção do equilíbrio entre demanda e oferta de serviços públicos de água e de esgotos em núcleos urbanos;
- auto-sustentação financeira do setor, através dos fundos estaduais de financiamento para águas e esgotos (FAE);

- adequação de níveis tarifários às possibilidades dos usuários, sem prejuízo de equilíbrio entre receita e custo dos serviços;
- desenvolvimento institucional das companhias estaduais de saneamento básico;
- realização de programas de pesquisas tecnológicas no campo de saneamento.

O Ministério do Interior, através do Banco Nacional da Habitação, coordenaria e controlaria a execução do Planasa (art. 5º). O BNH era definido como o órgão central e normativo do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS).

As companhias estaduais de saneamento, por sua vez, seriam os órgãos executores do programa, em nível estadual. O artigo 10 do Decreto estabelecia que os benefícios dos serviços de saneamento deveriam ser assegurados a todas as camadas sociais, devendo as tarifas adequar-se ao poder aquisitivo da população, atendida de forma a compatibilizar os aspectos econômicos aos objetivos sociais.

Para tanto, as tarifas seriam “diferenciadas”, segundo as categorias de usuários e faixas de consumo, assegurando o subsídio dos usuários de maior poder aquisitivo para aqueles de menor renda, assim como dos grandes para os pequenos consumidores” (art. 11). A estrutura tarifária deveria considerar a distribuição de tarifas por faixas de consumo, de modo a obter uma tarifa média que viabilizasse o equilíbrio financeiro das companhias de saneamento (art.12).

As categorias de consumo compreendiam: residencial, comercial, industrial e público. O artigo 14 estabelecia: “as tarifas da categoria resi-

dencial serão diferenciadas para as diversas faixas de consumo, devendo, em função destas, ser progressivas em relação ao volume faturável”.

Já os usuários das categorias comercial e industrial deveriam ter duas tarifas específicas, uma referente ao volume mínimo e outra ao excedente, sendo que a segunda seria superior à primeira e esta maior que a tarifa média (art. 15).

Admitia-se a existência de contratos de prestação de serviços, com preços e condições especiais, para os grandes usuários comerciais e industriais, bem como para os usuários temporários (art. 17).

As tarifas obedeceriam ao regime de serviço pelo custo, garantindo-se às companhias estaduais, em condições eficientes de operação, a remuneração de até 12% sobre o investimento reconhecido (art. 21).

Eram estabelecidos critérios para definir os itens que integrariam os custos de serviços, envolvendo despesas de operação, exploração e manutenção, despesas comerciais, administrativas e fiscais; além disso, em relação aos itens que seriam considerados investimentos reconhecidos, envolvendo imobilizações técnicas, ativo diferido e capital de movimento.

As tarifas seriam reajustadas anualmente, com base nos estudos realizados pelas companhias, avaliados pelo BNH e submetidos, pelo Ministério do Interior, ao Conselho Interministerial de Preços (art. 30).

Assegurava-se às companhias estaduais de saneamento básico a isenção de impostos sobre prioridade territorial rural, produtos industrializados e operações relativas a títulos e valores mobiliários.